

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 06 2017	15h05min	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 50ª
(QUINQUAGÉSIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 1º DE JUNHO DE 2017.**

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Indago se algum Deputado gostaria de retificar as atas. (Pausa.)

Não havendo pedido de retificação, como já é de conhecimento de todos os Deputados, esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas, sem observações, as seguintes:

- Ata da 44ª Sessão Ordinária;
- Ata da 45ª Sessão Ordinária;

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 06 2017	15h05min	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	2	

- Ata da 46ª Sessão Ordinária;
- Ata da 47ª Sessão Ordinária;
- Ata da 10ª Sessão Extraordinária.

Não havendo *quorum* para o início dos nossos trabalhos, conforme o disposto no art. 109, parágrafo 4º, do Regimento Interno, esta Presidência suspenderá a sessão por quinze minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h12min, a sessão é reaberta às 15h19min)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Está reaberta a sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Juarezão. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Como Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa e demais assessores, venho a esta tribuna hoje para relatar que, pela manhã, tivemos uma audiência com o Secretário de Estado de Gestão do Território e Habitação, Sr. Thiago de Andrade, que apresentou o relatório de atividades referente ao ano de 2016 daquela secretaria. Eu quero aqui relatar alguns pontos que foram apresentados pela secretaria que acredito ser de extrema relevância para o Distrito Federal.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 06 2017	15h05min	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	3	

O primeiro ponto que eu gostaria de ressaltar e de enaltecer foi o lançamento do que nós chamamos de Geoportal. O que é Geoportal? É um *site* na internet no qual, Deputada Liliane Roriz, nós podemos acessar toda parte urbanística do Distrito Federal. Então, lá eu consigo, Deputado Agaciel Maia, avaliar uma área, se aquela área é um lote já registrado, se aquela área está dentro de APP – Área de Preservação Permanente ou se está fora de APP.

Lá, eu tenho listados todos os equipamentos públicos em todas as áreas do Distrito Federal, e não é só listados. Quando, por exemplo, no Geoportal eu clico em escolas públicas, ele marca todas as localidades no mapa georeferenciado das escolas públicas do Distrito Federal – em qualquer lugar do DF.

Além disso, Deputado Wasny de Roure – V.Exa. com certeza já viu esse Geoportal, tem conhecimento dele –, estão mostrados ali os projetos de mobilidade e aquilo que já existe hoje no Distrito Federal, todo o programa de mobilidade que existe hoje no Distrito Federal. Para V.Exa. ter uma ideia, Deputada Liliane Roriz, até a quantidade de estações de metrô e a localidade delas estão hoje expostas no Geoportal.

É simples, é só digitar na internet geoportal.segeth.df.gov.br e ali qualquer um de nós poderá ter acesso a essas informações.

O que é importante nisso, Deputado Prof. Reginaldo Veras, é a demonstração da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação – SEGETH, Deputado Bispo Renato Andrade, do que chamamos de transparência ativa, ou seja, o secretário acaba colocando todas as informações pertinentes à Segeth lá no Geoportal.

Então, conseguimos avaliar quais são os terrenos legais, quais são aqueles que estão em regularização, toda a parte de legislação urbanística em cima de um lote. A pessoa escolhe um lote – por exemplo, o lote da Câmara Legislativa do Distrito Federal – e, ao clicar nesse lote, verá quais as diretrizes urbanísticas, qual a legislação que autoriza a construção e até mesmo a sustentação do prédio nessa localidade.

Outra coisa interessante, Deputado Wasny de Roure, que eu gostaria de salientar, foi a apresentação feita pelo secretário da quantidade de projetos aprovados na Comissão de Análise de Projetos, a CAP. Isso nos mostra, na realidade, que está havendo agilidade em alguns pontos e mostra onde existe o que chamamos de entravamento – está na falta de legislação específica.

Na CAP, a cada nove projetos, Deputado Chico Vigilante, que são apresentados na Segeth para análise, um acaba sendo aprovado em menos de 40 dias e os outros oito acabam entrando em exigência – essas exigências normalmente não são únicas.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 06 2017	15h05min	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

A inteligência da CAP é que todos os órgãos de aprovação, Deputado Agaciel Maia, estão dentro da CAP: o DETRAN – Departamento de Trânsito, a própria AGEFIS – Agência de Fiscalização do Distrito Federal. O único órgão que precisa emitir parecer em alguns casos e que não está vinculado à CAP é a DIVISA – Diretoria de Vigilância Sanitária, aqui do Distrito Federal. Todos os outros órgãos que precisam emitir parecer encontram-se unificados dentro da CAP.

O que foi apresentado de deficiência foi que a falta de servidores vinculados à Segeth acaba dificultando a análise dos projetos, mas não a qualificação técnica dos servidores.

O que acho importante salientar também é que foi informado que mais de 24 mil escrituras já foram entregues e estão preparadas e prontas, Deputado Wellington Luiz, para serem entregues agora no mês de junho, mais de 6 mil escrituras. Seis mil escrituras podem ser entregues agora no mês de junho em várias cidades do Distrito Federal, fazendo parte do maior processo de regularização fundiária da história do Distrito Federal.

Então, quero aqui salientar que, na apresentação de prestação de contas feita pela Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação, demonstrou-se um avanço na regularização fundiária do Distrito Federal, que, como muito bem disse o Governador Rodrigo Rollemberg, pode ser considerado o maior processo de regularização fundiária da história desta cidade.

Obrigado, Sra. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, nobre Deputado Delmaso.

Concedo a palavra o Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, no dia de hoje, aqui desta tribuna, abordar novamente o tema de que tenho falado constantemente, que é a questão da violência. E hoje eu quero falar da violência praticada pelo Estado.

Falo, especificamente, de mais um massacre de trabalhadores rurais acontecido no Estado do Pará. Eu já estive no Pará, eu conheço o Estado do Pará, e a impressão é a de que é um estado onde a lei não chegou ainda.

Nós tivemos o massacre de Eldorado dos Carajás, quase toda semana trabalhadores são assassinados naquele estado, e agora, por último, esse massacre de dez trabalhadores rurais.

O depoimento prestado pelas testemunhas que escaparam choca; choca o mundo, choca qualquer ser humano pela brutalidade. Mandaram colocar as mãos na cabeça para morrer – e morreram. Depois, para os que não correram, disseram: "Por

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 06 2017	15h05min	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

que você não correu? Você não correu, vai morrer do mesmo jeito". Eles mandavam correr para atirar depois que as pessoas corriam. Mas aí diziam: "Não, você não correu, vai morrer do mesmo jeito".

E o que aquelas pessoas estavam querendo? Estavam querendo um pedaço de terra para trabalhar. Boa parte daquelas pessoas, daqueles trabalhadores, daquelas trabalhadoras, debaixo de um pedaço de lona preta dentro da mata, expostas à malária, à fome, a tudo, são pessoas que já foram expulsas do Nordeste, especialmente do meu Estado, o Maranhão. Eu sou maranhense e eu sei a brutalidade com que as pessoas foram expulsas, e tiveram como refúgio a Floresta Amazônica, lá no Estado do Pará. E agora estão sendo massacradas. E as autoridades não têm o mínimo respeito por aqueles seres humanos. O Estado efetivamente não se manifesta. Os policiais bandidos que assassinaram aquelas pessoas vão continuar assassinando. É a impunidade que impera. Aí dizem: "Não, mas são invasores." Invasores de quê? E muitas daquelas terras são terras da União, portanto invasores são os grileiros que assumiram aquelas terras dizendo que são donos. Eles, sim, são invasores. Aqueles trabalhadores e aquelas trabalhadoras, não.

Portanto, espero que essa escalada da violência contra trabalhadores neste País tenha um freio. É preciso que o mundo se levante contra isso! Não podemos aceitar numa sociedade pretensamente moderna a barbárie, que é o que está acontecendo. É a barbárie que é praticada contra aqueles trabalhadores.

Sendo assim, nesse espaço aqui da liderança do Partido dos Trabalhadores, quero chamar a sociedade à reflexão. Quem mora na cidade, quem nunca esteve no campo, não sabe a situação de quem vive no campo, das condições insalubres, das condições desumanas que aquelas pessoas vivem, muitas vezes tomando água de regos de casco de boi! É isso que acontece, e depois ainda são assassinadas numa pretensa reintegração de posse, na verdade numa terra que não é do grileiro, é terra da União, que deveria ser parcelada para a reforma agrária.

Portanto, pensemos todos nós no que está acontecendo neste País.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Parabéns pelo pronunciamento. Esperamos, sim, que a justiça brasileira faça alguma coisa e que não fique impune. E, só lembrando, Deputado, polícia é polícia... e bandido é polícia. Aqueles estão vestidos de policiais e não são policiais, são bandidos, porque quem faz aquilo não pode sequer ser chamado de policial. Então, V.Exa. é extremamente feliz quando traz um tema como esse. Agradeço a V.Exa. e, mais uma vez, esperamos que algo seja feito para proteger os inocentes em todo o Brasil.

Obrigado, Deputado.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 06 2017	15h05min	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Estão encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Srs. Deputados, na condição de Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, tenho procurado visitar as nossas unidades da Secretaria de Saúde, Upas, centros de saúde, Unidades Básicas da Família, hospitais também, e temos feito algumas discussões bastante estimulantes com relação a identificação das demandas e sobre como enfrentá-las.

Sr. Presidente, fiquei bastante preocupado ao visitar recentemente a UPA de Sobradinho II, que foi considerada uma UPA extremamente exitosa pela precariedade do atendimento naquela região, tudo concentrado a nível do Hospital de Sobradinho, e pude perceber...

E queria aqui cumprimentar a diretora, o esforço, a dedicação dela para poder permanecer em funcionamento aquela unidade de acolhimento em Sobradinho II. Mas existem algumas particularidades que não dependem dela, dependem basicamente de um contrato de manutenção, depende de contratos de serviços para que a unidade funcione adequadamente.

No mesmo dia, visitei o centro de saúde ali em Sobradinho II mesmo, propriamente dito, onde fiquei bastante impressionado com a gestão – lá, o Sérgio é o diretor da unidade – da unidade do Saúde da Família, a presteza no atendimento, o acolhimento, isso na perspectiva da atenção primária.

Agora, a gente também fica preocupado com algumas insensibilidades, Sr. Presidente. Eu, saindo já para retornar, conversando com o pessoal que foi se despedir de mim no estacionamento, verifiquei que os postes estão funcionando muito precariamente, Deputado Prof. Reginaldo Veras. E eles, naturalmente, não têm escada e não têm veículos que possam acessar com facilidade aquela altura para poder fazer a troca das lâmpadas. E a gente fica impressionado com a insensibilidade e com a falta de articulação dentro do Governo.

Todos nós sabemos que a CEB tem um contrato de manutenção, seja para corte de árvores, seja para reposição de luminárias e uma série de coisas, só que a CEB alega que não pode entrar nesses locais e que não pode prestar esse serviço. Eu não consigo entender por que ela está proibida de entrar em uma escola, de entrar em um centro de saúde e fazer a troca de luminárias. Eu fiquei fazendo comigo essa pergunta. Qual é a lei que impede a CEB de prestar um serviço para uma unidade

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 06 2017		15h05min	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

pública? Na hora que precisam do dinheiro do orçamento do Governo do Distrito Federal para poder socorrer as aberrações, eles recorrem à Câmara aqui. Lembro-me de quando votamos aqui a ampliação de capital, com recursos do Governo do Distrito Federal. Eu fico admirado também quando o recurso da iluminação pública não é devolvido aos cofres do Governo do Distrito Federal, é retido na CEB. Mas, ao mesmo tempo, a CEB alega que ela não pode entrar em um espaço de uma unidade escolar ou de uma unidade de saúde para poder dar suporte, apoio!

Eu até queria pedir ajuda ao Deputado Delmasso, que está fazendo uma série de debates sobre a avaliação de gestão, para que ele possa pedir essas explicações para nós. Acho que precisamos ter explicações. Deputado Prof. Reginaldo Veras, V.Exa., que tem visitado as escolas, sabe, como é importante o trabalho de capinagem, ou de roçagem, que as administrações fazem, porque é difícil querer que o professor em sala de aula vá também capinar quando, naturalmente, a Novacap tem esse serviço, a administração tem esse serviço. Quando esses serviços são feitos, isso evita a presença de cobra, de escorpião, etc.

Recentemente, visitei uma escola onde uma criança tinha sido picada por um escorpião. Naturalmente, nós precisamos ter uma leitura de complementação das atividades do Estado. Nós, recentemente, visitamos também o Centro de Saúde nº 3, em Taguatinga Sul. A gerente, Dra. Vânia Lúcia, com a supervisora, Flávia, nos acompanharam nas mais diferentes dependências, e eu fiquei bastante feliz porque, Deputado Prof. Reginaldo Veras, diferentemente de algumas unidades, lá, pelo menos, se presenciava atendimento médico e pediátrico à comunidade. Então, às vezes, achamos que é terra arrasada, mas há unidades funcionando de maneira bastante presente na comunidade.

Eu quero, portanto, ao trazer essas preocupações aqui, demonstrar que nós nesta Casa, a exemplo do que o Deputado Prof. Reginaldo Veras vinha fazendo, queremos acompanhar. Eu inclusive, há pouco, cruzei com a Dra. Daniela, que dá cobertura na parte da Secretaria de Saúde. Nós tivemos, na nossa comissão, Deputado Wellington Luiz, trazido por uma entidade que cuida da área da cardiopatia dos bebês, porque muitos deles nascem com problemas cardiopáticos... Inclusive, a Deputada Luzia de Paula estava lá. Nós estamos querendo dialogar com o secretário, Deputado Wellington Luiz, sobre a possibilidade do retorno de uma unidade para a Secretaria de Saúde que se dedique aos problemas cardiopáticos dos bebês.

Eu queria trazer outra questão aqui que me deixa bastante apreensivo. A Secretaria de Saúde cedeu, me parece, um número superior a 120 pediatras para o Hospital da Criança. Eu fico preocupado, porque em algumas unidades, como a do Gama e a de Santa Maria, as unidades de pediatria foram fechadas. Eu não sei se esse serviço que o Hospital da Criança faz... se tem liberdade de contratar no mercado profissionais de pediatria, mas que se pudesse liberar os profissionais da Secretaria de Saúde, que são pediatras, para poderem dar cobertura em alguns hospitais que já tiveram pediatrias com enorme atendimento.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 06 2017	15h05min	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	8	

O Hospital do Gama e o Hospital de Santa Maria atendem toda aquela região que vai até Cristalina. Segundo o diretor do hospital, é uma região de aproximadamente um milhão e meio de pessoas. Então, nesse momento, o fechamento da pediatria do Gama, que tinha sido reinaugurada no governo, é um prejuízo para a população.

Eu quero trazer essas ponderações ao Governo do Distrito Federal para ver o que podemos colaborar para ajudar no funcionamento mais adequado dessas unidades aqui no complexo do Distrito Federal.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, eu queria falar sobre a exposição do Líder de Governo. Eu acho que, realmente, no trabalho de regularização de titulação dos imóveis, da documentação, ele simplesmente deu continuidade àquilo que vinha sendo feito já na Estrutural, em São Sebastião. Mas o que precisa ser destacado, nessa preocupação, é que onde estava irregular continua irregular. Não há um processo de regularização no Distrito Federal. O que existe é a mera titulação das unidades imobiliárias que já existem há muitos anos, como o caso de São Sebastião.

O Deputado Agaciel Maia, no governo anterior, esteve muito presente na cidade de São Sebastião e sabe que, no final daquela gestão, é que começaram a vir as primeiras titulações de lá e a que o governo deu continuidade. Contudo, eu não estou preocupado com essas áreas que já têm trinta, quarenta anos em Brasília, como o caso da Estrutural, que já está com o projeto bastante avançado, exceto pela Quadra 12, para a qual ainda não há sinalização de regularização. Eu estou preocupado é com o processo de ampliação das invasões e ocupações no Distrito Federal.

Não existe nenhuma política para isso, a não ser a de demolição de barraco – que eu não considero política. Aham que, com a demolição, extingue-se a vida daquele pobre na cidade. Isso não existe. O que ele faz é migrar para outro local que seja possível ele invadir e ocupar. Não há como eliminá-lo. Pode-se até acabar com o barraco, mas não tem como acabar com o ser humano felizmente. Ele, em algum momento, vai reaparecer. É igual a muda de bambu. Quando você a poda, ela aparece em outro ponto, porque ela vem do subterrâneo.

O que eu quero é dizer que nós, inclusive, tivemos um requerimento aprovado na Comissão de Assuntos Fundiários sobre uma audiência no Bálamo, que é uma ocupação ali perto da CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – no Paranoá. É uma ocupação que cresceu enormemente e que precisa ser enfrentada.

Ocorre o mesmo lá na expansão de Samambaia, Deputado Agaciel Maia. A população, aproveitando os espaços das chácaras e espaços verdes, foi fatiando e ocupando aquela região, que, hoje, está toda tomada. Há, aproximadamente, de 750 a 800 famílias morando lá nas piores condições humanas e sanitárias. Aquela

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 06 2017	15h05min	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	9	

localidade aumentou enormemente porque, no início do Governo Rollemberg, eu já visitava aquela comunidade e a população era em torno de 250 famílias.

Para o Setor Habitacional Água Quente, nós recebemos uma resposta da CEB – Companhia Energética de Brasília sobre a iluminação, alegando dificuldades de se fazer a iluminação naquela área. É outra área que é terra de ninguém e que está aumentando de maneira absolutamente assustadora.

Eu não vou longe. V.Exa., que tem uma presença significativa ali na cidade do Gama, assim como o Deputado Chico Vigilante e o Deputado Prof. Reginaldo Veras têm, sabe que basta a gente visitar Ponte Alta para ver os anúncios de venda de lotes, não é mesmo, Deputado Lira? Basta você ir lá, Deputada Luzia de Paula, você vai verificar que quem não tem lote lá está oferecendo lote para comprar.

Essa realidade de Brasília precisa ser enfrentada não simplesmente na base da demolição, mas na base de um processo de regularização que envolva a população. É preciso que haja, de fato, um trabalho em que o diálogo e o entendimento estejam fluindo, e não seja algo simplesmente milagroso, pois o ser humano não desaparece, ele surge em outro local ocupando essa ou aquela área e, conseqüentemente, dando as ampliações nas ocupações que existem aqui no Distrito Federal. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu agradeço ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Eu quero elogiar o pronunciamento do Deputado Wasny de Roure, que também anda muito, acompanha todas essas áreas que hoje não são regularizadas.

Existe uma grande questão. Em algumas áreas que já estão consolidadas, nem a CEB nem a Caesb podem colocar água porque o Ministério Público não permite, e há essa discussão. O governo tem se esforçado nesse sentido de mostrar que é uma realidade. O Morro da Cruz em São Sebastião, o Deputado Lira sabe, é uma realidade. Poderiam colocar água da Caesb lá. Se você cavar dois palmos no chão, verá que está cheio de canos de água clandestinos. Afinal de contas, quem tem filho não pode ficar sem água em casa.

Então, há essa discussão no sentido de convencer o Ministério Público a autorizar que áreas já consolidadas possam colocar água e luz, porque já existe essa realidade. Ela não vai desaparecer. Como V.Exa. falou, Deputado Wasny de Roure, não dá para desaparecer com o ser humano. Não dá para desaparecer com cidades completas.

Quanto à questão fundiária de Brasília – eu dei essa sugestão também, já falei isso em plenário algumas vezes –, eu acho que para a Agefis ser mais eficaz, ela

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 06 2017	15h05min	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	10	

precisa ser descentralizada. Eu acho que a Agefis poderia ser descentralizada para as administrações regionais. O governo poderia fazer um decreto ou um projeto de lei, criando nas administrações regionais um conselho de preservação da cidade, composto de pastores, padres, representantes do comércio e da indústria. Essas pessoas têm o maior interesse em preservar as cidades nas quais moram. Ao mesmo tempo, chamaria o administrador, que tem obrigação de estar andando pela cidade todinha, e o comandante da Polícia Militar para dizer: olha, está aqui a administração, o conselho e a polícia. Administrador e Agefis, vocês têm uma missão. Onde se colocar um tijolo, vocês vão chegar no mesmo dia e tirar esse tijolo, sob pena de eu demitir o administrador e também o comandante da polícia, e assim sucessivamente.

O que acontece? Acontece que se centralizou tudo. As administrações se escondem atrás da Agefis, e a Agefis não tem estrutura de fiscalizar tudo. Quando se levantam oitenta, cem casas já consolidadas, com família dentro, aí chegam para derrubar. Se faz uma ação preventiva, antes de se levantarem essas casas, extirpa-se o problema da invasão, acaba o problema. O Distrito Federal tem tantas áreas em que poderiam ser criados loteamentos. A Câmara poderia aprovar loteamentos com dez mil, vinte mil, cinquenta mil lotes, e vender a preço de acordo com a faixa de renda. Pode-se dizer: não, você não vai invadir. Se você ganhar um salário mínimo, vai ter um lote de cinco por dez em tal lugar. Você vai pagar todo mês esse lote.

Mas parece que as coisas sempre têm que ser mais complicadas. Tem-se que começar a destruir, e sempre começar pelo final, em vez de começar pelo início. Eu acho que tem que colocar essa sugestão no papel, chamar o administrador e falar: olha, você é o responsável pelo Recanto das Emas, ou por Taguatinga, ou Ceilândia. Está aqui, chama todo mundo. Se colocarem um tijolo em algum lugar que não possam colocar, você tem que chegar imediatamente e mandar tirar o tijolo. Não se pode deixar levantar verdadeiras cidades.

E não é só a questão punitiva. Todo mundo tem direito a ter uma residência. Afinal de contas, eu acho que, quando Deus criou o mundo, não foi só para uns terem residência e outros, não. Todo mundo tem direito. Às vezes, a pessoa não teve oportunidade de estudar, de ter um emprego melhor, mas nem por isso não é um ser humano. Não está condenado a viver num barraco de lona, como muita gente vive aqui em Brasília. Todos nós queremos ter um lar e queremos que os outros tenham também. Criou-se a cultura de que se poderia construir. De uma hora para outra as pessoas vendem suas coisas, seus bens, carros, tomam empréstimo, fazem uma casa de boa-fé, e depois chega a pessoa e simplesmente passa a máquina por cima. É meio desumano. Pode ser legal, mas é desumano.

Então, eu acho que existe essa política. Na época, por sugestão nossa – o Deputado Wellington Luiz era do bloco –, foi criada a Secretaria dos Condomínios, e ele foi um brilhante secretário. Grande parte dessas escrituras hoje – 60 mil estão para ser entregues – nasceram daquele trabalho. Não prosperou mais porque havia

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 06 2017	15h05min	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

uma ciúmeira lá na Codhab, com o Magela e com a Secretaria dos Condomínios. Um ficava brigando com o outro, cada um puxando a corda para um lado, por isso não andou tão rapidamente como deveria andar.

É bom para o governo, é bom para o morador, é bom para a cidade, só tem coisa boa! A regularização fundiária só tem coisa boa, inclusive para sanear as finanças. O ITBI, que é o imposto sobre transmissão de bens imóveis, nós sabemos que os condomínios, cidades inteiras como São Sebastião, Paranoá, Riacho Fundo e tantas outras cidades, os condomínios todos, quando você vende uma casa, às vezes vende uma casa de um milhão, o governo poderia arrecadar trinta mil em uma transferência de ITBI.

Centenas e centenas de transações comerciais são feitas semanalmente, e o sujeito faz um contrato de gaveta. Vai lá, reconhece a firma de quem vende e de quem compra, e pronto. Existe uma grande ilusão também: ninguém vai desconstruir condomínios firmados, existe jurisprudência. O sujeito construiu a casa, apesar de não ter escritura. Culturalmente, no Brasil, a escritura é como se fosse uma certidão de nascimento. Os órgãos públicos também têm isso, essa cultura mais portuguesa. Quer dizer, mesmo que eu não tenha a escritura na mão, eu tenho o imóvel e o declaro em meu imposto de renda há mais de cinco anos. A Receita Federal, o órgão fiscalizador da evolução patrimonial de todos nós, reconhece que aquele bem existe e ele é legal. Quem vai tomar esse bem? Não vai!

Ao mesmo tempo, há a necessidade, a segurança familiar que você precisa, para sua segurança, para dizer: se eu morrer amanhã, minha família está com a escritura dessa casa, desse lote, desse imóvel, por isso eles estão seguros. Caso contrário, nós estamos inseguros, o governo pode vir e tirar. Há muitos aproveitadores, principalmente em época de campanha. Virou uma moeda política, todo mundo diz que vai regularizar os condomínios. Tem até candidato com o nome “fulano de tal dos condomínios”. A realidade é essa.

Se o governo tiver vontade, Deputado Wasny de Roure, de acabar com esse problema de invasão em Brasília, é simples. Se o governo quiser estancar esse problema de invasão, também é simples. Nós temos várias áreas grandes, crie uma infraestrutura, o governo tem força para fazer isso. Não teve para o Sudoeste, por quê? Porque é bairro de rico, muitas construtoras ricas. Mandaram até os índios que estavam lá para a Amazônia, tudo de avião.

Ha hora de criar cinquenta, sessenta mil lotes em uma área que pode ser desapropriada, como é para ocupar pobre, e ocupação de pobre dá muito trabalho, o pessoal realmente não quer ter esse trabalho. Não podem ficar a burocracia, a tecnocracia, o poder. Essas pessoas, quando chegam para derrubar a casa de um pobre, um barraco – às vezes são quatro pedaços de madeirite e uma lona preta por cima –, chegam com um aparato que parece Moscou quando entrou em Berlim na Segunda Guerra Mundial, com tanques e tudo, para derrubar.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 06 2017	15h05min	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

O governo tem que ter essa sensibilidade, V.Exa. tem sempre tratado dessa questão, inclusive até das áreas mais simples como o Bálsamo, no Paranoá, que V.Exa. conhece, e tantas outras. Apesar dessa política de derrubar, nós não estamos evoluindo. O maior exemplo é do americano: ninguém deportou mais gente do que Barack Obama, só que ele nunca fez propaganda disso, nunca fez estardalhaço. O Presidente da República que mais extraditou estrangeiro foi Barack Obama, mas com a cara de gente boa e tal, nunca divulgou, nunca passou nada na televisão.

Aqui não adianta fazer derrubada cinematográfica. Em compensação, no dia a dia, sabemos que provavelmente está havendo mais invasão do que nos governos anteriores.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – É, exatamente.

Então, o que acontece? Eu acho que, se uma pessoa tem o lote, construiu e está numa área... Em vez de derrubar, existe a lei que permite a compensação. Então, deve se dizer isto: "Você vai ter que fazer uma compensação. Se era para um bem público e você construiu, para não desconstruir, você vai ter um custo monetário, você vai ter que plantar tantas árvores." Tem que ter uma saída. Simplesmente, não é só derrubar. Tem que dar uma opção. É como V.Exa. disse: não dá para desaparecer com as pessoas, as pessoas estão aí.

Então, solução existe. Essas soluções foram apresentadas ao Governador Rollemberg. É preciso que sejam adotadas para que tenhamos segurança de que as invasões não vão continuar. Quem é responsável pela cidade? Tem que haver o conselho de preservação de cada cidade. Tem que se dar responsabilidade ao administrador para que ele não deixe as invasões proliferarem e depois a Agefis tenha que ir lá derrubar, porque o desgaste todo vai para o governo. Esse desgaste de derrubar, Deputado Chico Vigilante...

Ninguém chegou rico em Brasília. Todos nós saímos de onde morávamos para termos uma condição de vida melhor aqui. Pode ter gente que saiu pobre e hoje é rica, mas ninguém se sente bem vendo alguém derrubar a casa de alguém. Politicamente falando, o sujeito pode ser um milionário aqui de Brasília. Quem chegou aqui não chegou rico, senão não tinha vindo para cá. Quem veio para Brasília veio por ela ser uma cidade de oportunidades, veio para estudar, para ter emprego.

Então, essa política de destruir, no subconsciente das pessoas, é terrível, porque, por mais abastada que a pessoa seja, ela vê aquilo de maneira agressiva. Não faz bem. Eu acho que a política fundiária de Brasília tem solução. As soluções e as sugestões estão colocadas. É preciso apenas que se dê prioridade e se transforme a política fundiária de Brasília em uma política pública prioritária para o governo, a exemplo da saúde, da segurança e da educação. No dia em que ela for levada nesse sentido, os problemas de Brasília vão acontecer... e a receita de Brasília vai aumentar muito.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 06 2017	15h05min	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	13	

A cidade de Belo Horizonte arrecada quatro bilhões de reais de ITBI – Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos. E olhem que os imóveis de lá não são tão valorizados quanto os daqui. Em compensação, aqui se arrecadam quatrocentos milhões, 10% do que se arrecada lá.

Então, é bom para o governo, porque arrecada mais, e é bom para população, que tem o documento. Só tem coisa boa. Agora, é necessário que haja um braço forte do governo no sentido de assumir essa política de regularização fundiária nesta cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, nobre Deputado Agaciel Maia.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

Não havendo mais *quorum* e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h04min.)